

Sinalizações positivas para a estabilização

O sucesso da estabilização do Plano Real depende muito dos avanços no Congresso em relação à questão fiscal, essa é quase uma unanimidade nacional. Como esses avanços, em termos de votações, não têm sido muitos no atual período de convocação extraordinária, uma avaliação inicial poderia ser de sinalizações negativas em relação à estabilização. Entretanto deve-se considerar que já

há muito estamos trilhando o que se deve considerar a "estabilização possível", dentro das condições políticas existentes. Nessas, infelizmente não puderam ser cumpridas as etapas definidas na proposta inicial do processo de "estabilização desejada", pelo qual já teríamos desindexado totalmente a economia, efetuado as reformas estruturais necessárias para o ajuste fiscal e avançado mais na privatização. Então, por que o otimismo e quais são as sinalizações positivas?

Inicialmente, fica cada vez mais claro que a equipe econômica tem controle firme dos mecanismos de operacionalização da economia. Acabamos de romper com tranquilidade a "barreira psicológica" da paridade cambial, mantendo a essência da "âncora cambial", as



**Fica mais claro
que a equipe
econômica
tem controle
firme da
economia**

taxas de juro continuam na trajetória descendente e o nível de atividade, apesar dos "catastrofistas de plantão", está seguindo a tendência desejada pelo governo, mantendo relativa estabilidade em relação à recuperação do final do ano. É claro que ainda não temos uma garantia de equilíbrio na balança comercial ao longo de 96, mas a maior parte das projeções é otimista, desde que o nível de atividade permaneça dentro do limite adequado no ano (cerca de 3,5%) e não tenhamos problemas sérios na agricultura. A inflação, depois do repique previsível de janeiro (a pressão dos agrícolas é normal nesta época, tendo sido amplificada por resíduos de indexação — tarifas de energia, especialmente em São Paulo onde o reajuste foi postergado e mensalidades escolares, antecipadas pela legislação), deve retornar a níveis médios abaixo de 1%, pelo menos até o final do semestre. O segundo semestre ainda depende dos preços agrícolas, mas, mesmo com variações acima de 95 (quando as anuais acumuladas foram negativas), não se esperam pressões muito acentuadas — se não temos mais a "âncora verde" também não deveremos ter uma explosão de preços. Assim, em ter-

mos anuais é bastante provável que tenhamos os IPCs um pouco abaixo de 15%, representando um enorme avanço em relação a 95 (média um pouco acima de 20%).

Mas o mais importante para demonstrar a sinalização positiva para 96 são os avanços nas negociações políticas. Tanto na reforma da Previdência, como na administrativa, os avanços são claros, mesmo que ainda não tenham sido concretizadas votações. Temos que entender que a estratégia de negociação com as centrais sindicais representa um enorme passo à frente, quebrando resistências corporativas na esquerda e populistas na direita, que a todo momento estavam se aliando no Congresso para manter "direitos adquiridos", que cada vez mais representam "privilégios adquiridos". Assim, mantendo-se principalmente os pontos que reduzem a possibilidade de aposentadoria integral no setor público e abrindo-se espaço para redução de quadros, através de critérios de demissão, teremos um enorme avanço em termos de redução do déficit fiscal potencial. O processo é longo, não é a "estabilização desejada", mas dentro do quadro político é a "estabilização possível".

Falta agora avançar nas discussões relativas à redução dos encargos trabalhistas, uma vez que esses, juntamente com a ineficiência dos setores de infra-estrutura (principalmente os portos, mas também telecomunicações e transportes), são os principais ini-

bidores do crescimento e do emprego no Brasil. Além disso, só podemos garantir resultados positivos na balança comercial a longo prazo, condição básica para o crescimento com estabilização, se de fato conseguirmos reduzir nossos custos de produção e comercialização. Nesse sentido cabe também lembrar que a reforma tributária, se não parece ter condições de avançar na simplificação e redução dos tributos, tem um importante papel complementar na eliminação da tributação às exportações.

Para 97, avançando-se mais na desindexação e no ajuste fiscal, e mantendo-se os fundamentos monetários e cambiais do Real, poderemos pensar em finalmente poder comemorar uma inflação anual de um dígito, com crescimento sustentado.

Quais os riscos deste processo de "estabilização possível"? Basicamente dois. O primeiro é a necessidade de avanços permanentes nas negociações das reformas estruturais. Se não é possível criar condições definitivas, é fundamental sinalizar que estamos no caminho certo. O segundo é antecipar para 96 a disputa político-eleitoral de 98. Dificilmente esse processo mais longo de estabilização, ainda não consolidado, resiste a uma pressão de gastos eleitorais em 96.